

## **CATADORES DE LIXO: UMA EXPERIÊNCIA DA MODERNIDADE NO OESTE PARANAENSE (TOLEDO, 1980/1999)**

**Eugênia Aparecida Cesconeto<sup>1</sup>**

### **Notas Introdutórias**

O lixo tem uma vinculação direta com o que não serve mais, com o insalubre, com o sujo, com as epidemias e com a contaminação, aspectos que ultrapassam os limites espaciais e atingem toda a sociedade. A higienização avança com a organização das cidades, como uma estratégia dos poderes constituídos na modernidade, principalmente por ter como pano de fundo a questão sanitária. Os hábitos e as condutas familiares e sociais estabelecem socialmente o lugar de cada um. As diferenças vão, aos poucos, sendo demarcadas pelo ideário de higiene e de limpeza que acaba por ordenar e classificar os sujeitos e o espaço no qual estão inseridos, apartando espacialmente o limpo e o sujo.

A legitimação do lugar de cada um é marcada pelo controle social, tanto interno como externo. Nessa legitimação, a prepotência, a exploração selvagem das relações de trabalho, o autoritarismo das relações de mando, a violência, o desrespeito aos direitos civis e políticos acabam por demarcar espaços segundo um imaginário que fixa a pobreza como sinal de inferioridade e de risco social.

---

<sup>1</sup> Mestre em História Social – UFF/Rio de Janeiro, Assistente Social, Professora Assistente do Curso de Serviço Social da Universidade Estadual do Oeste do Paraná (UNIOESTE/Campus de Toledo). Pesquisadora do GEPEC – Grupo de Pesquisa em Agronegócio e Desenvolvimento Regional. E-mail: [cesconeto@unioeste.br](mailto:cesconeto@unioeste.br) Este artigo faz parte da dissertação de mestrado defendida em 2002, na Universidade Federal Fluminense, Niterói - Rio de Janeiro, conforme título citado acima.

As reportagens produzidas pelos meios de comunicação apresentam os catadores de lixo, como párias, pessoas que ocupam um mercado dividido com os urubus, numa associação com porcos e ratos que vivem no lixo, procriam velozmente, produzem repugnância e mostram o lado sujo do ambiente. Como no filme “Ilha das Flores”, as fotos mostradas nas reportagens os apresentam sempre junto ao lixo, ou seja, no seu local de trabalho, uma tentativa de compará-los e confundi-los como uma mesma coisa talvez. No poema “O Bicho”, Manuel Bandeira também traz esse sentido estigmatizante do catador de lixo. Essas representações formam um código normativo de condutas que guardam muitas tensões e auto-exclusão, mas também semeiam muitas de outros significados.

Experiências compartilhadas por pessoas em condições assemelhadas de existência constroem identidades. Essas identidades, pois, não surge do nada ou de um processo pré-determinado, não são sempre única, definidas e imutáveis.

Para a identidade social<sup>2</sup> muito contribuiu a experiência profissional comum, lugar do imaginário do trabalho, produto da história, susceptível de ser transformado ao longo dos tempos. Ela se expressa na auto-representação em falas e ações, contrariando imagens veiculadas pela ideologia e linguagem oficial<sup>3</sup>.

Os catadores também forjam suas identidades e através delas impulsionam suas lutas por direitos sociais. O encontro nacional, realizado no início de junho de 2001, durante três dias, em Brasília, revela a busca por reconhecimento da profissão e por melhores condições de trabalho.

Ao se discutir a pobreza e a luta pela sobrevivência com suas formas-limite de submissão às condições mais sórdidas de obtenção de renda, de negação do direito à dignidade de seres humanos, via de regra, ações e práticas cotidianas de resistência dos diversos sujeitos que vivenciam tal experiência ou são ocultadas ou são ignoradas. No caso dos catadores de lixo, a representação espúria que sobre eles se constrói os afasta dessa possibilidade.

O mundo muda mesmo quando para algumas pessoas parece ter parado. Se as novas regras sociais conferem novos sentidos às práticas e às representações sociais, os comportamentos vão sendo transformados em ritmos e em tempos históricos diferentes; daí

---

<sup>2</sup> BOURDIEU, Pierre. *O poder Simbólico*. Trad. Fernando Tomaz. 3ª ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2000.

<sup>3</sup> AZEVEDO, Cecília. *Identidades compartilhadas*. Niterói, Programa de Pós-Graduação em História/NUPHEC, 2002 (no prelo).

nem sempre mudam velhos valores e atitudes e nem sempre novos são incorporados; daí, tanta estranheza na *distância* de que nos fala Ginzburg<sup>4</sup>.

A palavra higiene a partir do século XIX passa a ocupar um lugar inédito. Pois enquanto não foi associada à desordem, a sujeira não incomodava, já que não representava um perigo. Logo, associado às epidemias, o lixo, automaticamente, passou a ser encarado como impuro e vinculado à morte. Nesse sentido, transgredir as normas de higiene passa a representar uma ameaça ao padrão de ordem social estabelecida.

Portanto, os hábitos populares em relação ao lixo, desde muito tempo, têm representado uma ameaça à nova ordem; é necessário, pois, eliminar as impurezas para organizar o ambiente, assim o ideário de higiene, da organização e da adequação a uma nova ordem social tornam-se imprescindíveis.

### **Trabalho Informal: Entre a Inclusão e a Exclusão**

Grande parte das populações ligadas à economia informal é também aquela destituída de direitos, e a que vivencia, bem de perto, a erosão das mediações políticas entre o mundo do trabalho e as esferas públicas, por isso mesmo, cada vez mais afastadas de possibilidades de enfrentamento de conflitos e de consensos através de mecanismos de representação e negociação políticas. Atribui-se ao mercado a responsabilidade única e exclusiva de estruturador da sociedade e da política. Isso passou a significar que, diante das tensões do mundo do trabalho, nada há de fazer a não ser administrar tecnicamente as exigências desse mercado ou, ainda, admitir suas regras como o código normativo a que a sociedade e os indivíduos devem se ajustar, no momento em que todos, agora desvencilhados das proteções tutelares dos direitos, podem finalmente provar suas energias e capacidades empreendedoras<sup>5</sup>.

Outras questões que influenciaram nesse processo são os aspectos culturais, como a mudança nos papéis femininos na sociedade, o aumento da parcela de chefes de família mulheres, a necessidade das mulheres cônjuges contribuírem para a complementação da renda familiar, em resposta ao aumento do desemprego e aos insuficientes rendimentos dos

---

<sup>4</sup> ELIAS, Norbert. A civilização como transformação do comportamento Humano. In: *O Processo Civilizador*. Rio de Janeiro: Zahar, 1990, p. 65–213. Sobre estranhamento: GINZBURG, C. Olhos de Madeira. Nove reflexões sobre a distância. Tradução Eduardo Brandão. São Paulo: Companhia das Letras, 2001.

<sup>5</sup> TELLES, Vera da Silva. Questão Social: afinal; do que se trata? *Revista da Fundação SEADE: São Paulo em Perspectiva – Reformas políticas e d o Estado*. São Paulo, nº 4, Vol. 10, p. 86, outubro a dezembro de 1996.

chefes homens<sup>6</sup>. Temos, ainda, as crianças entre 10 e 14 anos, que trabalham, indicando o papel do trabalho infantil como estratégia de composição da renda mensal familiar.

Não há um registro claro da tendência a informalização do mercado de trabalho no município de Toledo, a não ser pelo aumento significativo da participação dos empregadores na criação de um grande número de pequenas e médias empresas, e o decorrente agravamento das características da pobreza.

No município de Toledo, a pobreza está associada às atividades desenvolvidas no meio rural. O trabalhador da terra, não proprietário, foi empurrado para a periferia da cidade, vê-se diante da situação de novas relações de trabalho, trabalhando como bóia-fria ou submetendo-se a trabalhos de menor exigência e qualificação. No centro urbano, tem-se os antigos trabalhadores braçais ou as trabalhadoras que auxiliavam no trabalho da casa, apresentando características da vida miserável e os mais rudimentares cuidados de higiene.

A pobreza atual é concebida como resultante da convergência de causas diversas próprias ao presente processo, um fenômeno tornado pelos economistas defensores desse modelo como inevitável, considerado, até mesmo, um fato natural. Nessa concepção, forja-se, assim, uma espécie de naturalização da pobreza, algo politicamente produzido por atores globais<sup>7</sup>; com a colaboração consciente dos governos nacionais e com a conivência de intelectuais contratados – ou contatados. Essa naturalização se legitima em toda escala social, nas zonas rurais e urbanas.

No município de Toledo a busca pela integração social, deu-se pelo estímulo ao trabalho por conta própria expresso em diferentes atividades: comércio ambulante, cultivo de lotes baldios, fretes, jogatina de carteados, estacionamentos pagos próximos às Universidades, serviços de entretenimento por transformação de pequenas propriedades em área de lazer – do tipo “Pesque e Pague”, além de restaurantes à base de peixes –, transporte clandestino de estudantes de uma localidade à outra, catação de “lixo”, construção civil – com atividades de pedreiro, bóias-fria, empregadas domésticas, marreteiro de carros e motos etc.

---

<sup>6</sup> PREFEITURA do Rio de Janeiro. O mercado de Trabalho: conjuntura e análise, Rio de Janeiro, nº 6, Ano III, p. 2–53. Prefeitura do Rio – Secretaria Municipal do Trabalho/ IPEA/ ANPEC/ IETS-Rio, out. 1999.

<sup>7</sup> MATTOSO, Jorge. *O Brasil desempregado: como foram destruídos mais de 3 milhões de empregos nos anos 90*. 2 ed., São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2000. Discute muito bem como o Brasil vem acompanhando as recomendações de organismos internacionais, como o Banco Mundial; aceitou passivamente as restrições financeiras resultantes da abertura indiscriminada e lançou-se na fantasia das políticas compensatórias. O próprio Consenso de Washington tornou-se um *must*.

Soluções e/ou alternativas de criação de espaços de inclusão não deixaram de ser buscadas. São vistos pela cidade vários vendedores como: sorvete, pipoca, algodão doce, cachorro-quente, ampliando a presença de pessoas vinculadas ao jogo do bicho, a venda de bilhetes de loteria, de enxovais, de produtos de limpeza, de verduras, de vassouras, de mandioca, de milho, de pipoca e de frutas da época.

O bóia-fria é o trabalhador temporário e /ou volante recrutado na periferia da cidade apenas na safra, pago por dia, sem nenhum vínculo empregatício. Os bóias-frias expressam a triste face dos trabalhadores oprimidos pela desigualdade social em sua luta de cada dia por sobrevivência. Trabalham em média 7 meses durante o ano, com muito esforço e sorte, indo de um canto a outro. O restante dos meses, eles vivem de bicos e dos programas sociais existentes no município.

Os catadores de material reciclável são trabalhadores autônomos, não contam, pois, com a existência do patrão de forma direta, e parecem gozar de liberdade de ir e vir, fazendo seus próprios horários. Por outro lado, se a aparente inexistência do patrão lhes proporciona liberdade, seu uso é tolhido pela sobrecarga de trabalho. Os catadores trabalham em média 12 horas diárias; a produtividade é individual, consomem energias mal repostas, alimentam-se mal, causando envelhecimento precoce, doenças graves, desequilíbrio emocional etc.

Os relatos e reportagens mostram como os catadores, independentemente das condições em que se encontram, buscam sempre um fôlego a mais para valorizar e recriar suas estratégias de sobrevivência. Eis um exemplo: “José Soares da Silva, 54 anos, tira o sustento do lixão, catando latas para vender. Entre um bico e outro, ele corre atrás da sobrevivência”<sup>8</sup>. Repete-se o mesmo no relato do catador Luiz Vidal “catava todo papel do Supermercado Trento, dava a metade do dinheiro para eles, fiquei lá 10 anos, sem fichar, o dia em que sai não tinha nada. Era melhor ter dinheiro na mão, pois tirava até quatro (4) salários na época que o dinheiro valia, tinha dinheiro toda semana, depois começou a cair. [...]”<sup>9</sup>.

Se encararmos a catação de lixo como um trabalho, assim como outro qualquer estaremos fechando os olhos para os brutais mecanismos de dominação e exploração que envolvem a atividade da catação. É, sobretudo, aceitar a exclusão como um processo natural.

---

<sup>8</sup> Idem, 2001, p. 19.

<sup>9</sup> Entrevista realizada em 1º de novembro de 2001, no Jardim Santa Maria, em Toledo-Paraná, com o catador Luiz Vidal.

O trabalho informal contribui para ressaltar as dificuldades que afetam os sistema de regulação social<sup>10</sup>. É neste setor que os trabalhadores encontram alternativas para uma remuneração necessária, por mais precária e incerta que esta seja. Alternativas ancoradas em representações do trabalho valorizado e do desvalorizado, pautando o mercado de trabalho em diferenciações que nada têm a ver com a qualidade da força de trabalho, mas com práticas, representações e tradições que (re)constróem diferenças de sexo e idade, assim como restabelecem a diferença entre “os que pensam e os que fazem”. Porém, os esforços e alternativas dos catadores, homens socialmente excluídos dos frutos da modernidade, demonstram as ações para criar um espaço de inclusão.

As maneiras de ser dos catadores de lixo constroem as relações entre as pessoas envolvidas no processo de reciclagem, assim como o cadastro institucional<sup>11</sup> que passa a ter o peso do controle e ou classificação e a seleção dos beneficiários, responsabilizando-o pelo atendimento das suas necessidades; o discurso de poder intrínseco à gestão repressiva do não-trabalho, vagabundagem, como solução para uma situação que não tem solução por essa via, porém não discute o direito, o reconhecimento efetivo do catador como um trabalhador formal.

O cadastro constitui-se em estratégia silenciosa e dissimulada que nega o princípio da redistribuição massiva e da elegibilidade dos mais carentes<sup>12</sup>. O programa Lixo útil/Câmbio Verde<sup>13</sup> representa, entre outros, os objetivos do cadastramento, pela raridade de recursos a serem distribuídos, criam seus enobrecidos e seus excluídos, ao elaborarem e sancionar formas de distinção entre o conjunto dos pobres; desqualificam os que não podem atender, alegando distanciamento em relação ao modelo cultural organizado. Portanto, o serviço é organizado dentro do que está previamente estabelecido – a distribuição de cestas básicas, e não o atendimento das necessidades decorrentes do trabalho como os equipamentos e a garantia de realização do mesmo.

---

<sup>10</sup> MENEZES, Maria Thereza C.G. Em busca da teoria: políticas de assistência pública. São Paulo: Cortez, 1993, p. 80.

<sup>11</sup> A sociedade cadastrada é discutida por CASTEL, 1998. Op.cit. p. 95-143.

<sup>12</sup> NEVES, Delma Pessanha. Precarização social, tutela filantrópica e voluntariado. In: MOTTA, Márcia Maria; MEDEIROS, Leonildes S. de; NEVES, Delma P. *Universo Rural e o voluntariado*. Rio de Janeiro: Vício de Leitura, 2001, p. 9-41.

<sup>13</sup> O Programa Lixo Útil/Câmbio Verde foi reorganizado em 1997, sob a coordenação da Secretaria do Meio Ambiente em conjunto com a Secretaria de Assistência Social, com o objetivo de trocar materiais recicláveis por alimentos (cesta básica), nos postos fixos existentes nos bairros Jardim Porto Alegre, Vila Boa Esperança, Jardim Coopagro, São Francisco e Jardim Europa.

Os catadores agradecem a existência do programa como algo que, efetivamente, os auxilia nas dificuldades do dia-a-dia, mesmo que, ao longo das entrevistas, sejam explicitadas as limitações da proposta.

O trabalho e o esforço desenvolvido pelos catadores nem sempre são ocupações desejáveis, pois as pessoas sempre esperam algo melhor de sua existência. Como o sonho não se concretiza, garantem com a catação a sobrevivência dos que deles dependem.

O processo de modernização contém em si a possibilidade de um subproduto até certo ponto inesperado: os pobres e miseráveis já não têm um lugar peculiar no mundo em sua modernidade, “na mentalidade coletiva moderna, a pobreza é percebida de maneira unicamente negativa”<sup>14</sup>, por isso mesmo, dispensável.

No Brasil, temos assistido, nas últimas décadas, não apenas a um aumento rápido e brutal da miséria urbana, mas também a um incremento do “desprezo social” a que se refere Geremek, aliás, evidenciando uma mudança na própria “qualidade” dessa miséria – que também se modernizou!

Pode-se dizer, nas condições históricas observadas – nelas incluídas também o imaginário da modernidade –, que a exclusão social tornou-se um escândalo e os excluídos, um estorvo. Sobre o mal-estar que a miséria provoca no mundo moderno, Arnaldo Jabor, jornalista, num de seus artigos na Folha de São Paulo (1995), citado por Juncá<sup>15</sup> e Mingione<sup>16</sup>, observa: “Não é fácil olhar a miséria. É desagradável, suja, feia, doente, magra, triste”.

Sobre a antiga e a nova miséria brasileira, prossegue: “Essa miséria era uma tradição nossa, quase uma coisa típica, um prato típico. Ela se expressava nos pretos velhos, nos bons mendigos, nas velhas empregadas, nos moleques de rua, nos sambas-exaltação. [...] Eles existem, consolava-nos. [...] A miséria tinha uma função social”.

Ainda, na observação desse cronista, referindo-se à passagem da dominação para a exclusão: “Não resta ao miserável nem a troca consoladora que havia entre o pobre e o rico. Não, nem o canal de diálogo da opressão. O miserável [...] não é nem oprimido; ele é excluído”. E, finalmente, sobre o desejo inconfesso de que eles desapareçam: “Sempre

---

<sup>14</sup> GEREMEK, Bronislaw. *Os filhos de Caim: vagabundos e miseráveis na literatura européia 1400–1700*. Trad. Polonês Henryk Siewierski. São Paulo: Companhia das Letras, 1995, p. 23-27.

<sup>15</sup> JUNCÁ, Denise Chrysóstomo de Moura. Da cana para o lixo: um percurso de desfiliação? In: *Revista Serviço Social e Sociedade*, São Paulo, nº 63, Ano XXI, p. 131-150, jul. 2000.

<sup>16</sup> MINGIONE, Enzo. Fragmentação e exclusão: a questão social na fase atual de transição das cidades nas sociedades industriais avançadas. *DADOS – Revista de Ciências Sociais*, Rio de Janeiro, nº 4, vol.41, p. 673-700. Rio de Janeiro: IUPERJ, 1998.

existe a esperança de que a miséria defina; [...] há uma secreta esperança de que todos eles morram em silêncio, apenas como um problema existencial nosso”.

Pode ser que tudo isso não passe do impressionismo de Jabor. Mas, como às vezes a vida imita a arte...

### **Os Catadores no Processo de Coleta de Materiais Recicláveis**

O termo classes perigosas cunhado no século XIX, retomado por Chalhoub, serve também, para expressar, mais uma vez, o desprezo social em relação aos catadores, numa forma de pensar própria ao imaginário construído sob a modernidade<sup>17</sup>. Os catadores apresentam-se como despojados de tudo, a não ser do direito de lutar pela vida cotidiana. Seus depoimentos demonstram a força, a violência e o poder que estão presentes no seu dia a dia.

Ao examinar o papel das classes sociais, da estratificação e mesmo do conflito social presente na história dos catadores de lixo, admite a possibilidade de escolher caminhos novos de investigação histórica, na qual a abordagem do cotidiano da micro-história e da macro-história se completaram. Assim, a busca de significados das experiências dos catadores em suas singularidades, nos detalhes se fez com a convicção de que essas vidas minúsculas também participam, a sua maneira, da grande história, da qual recolhem uma versão diferente, distinta, complexa.

O pressuposto de que há diferenças e distanciamentos entre as experiências de sobrevivência dos catadores, presidiu a elaboração do roteiro com questões previamente elaboradas. Escolhemos o bairro, a noroeste da cidade, e posteriormente, os interlocutores catadores de lixo vinculados ao Programa Lixo Útil/Câmbio Verde, propondo-lhes o nosso tema e o nosso interesse; e pedimos-lhes ajuda na construção dessa experiência coletiva.

A aproximação dos catadores deu-se através de visitas domiciliares, inicialmente para marcar a entrevista e, depois, para realizá-las. As entrevistas foram realizadas no final de 2001 e início de 2002. Todos nos atenderam com prontidão. Um único catador estava receoso de conceder a entrevista, mas acabou cedendo, frente a nossa argumentação e de um colega que já havia sido entrevistado.

Situações recortadas dos relatos foram formas de explicitar pequenos fatos, característicos do dia-a-dia dos catadores, de significação para as nossas preocupações

---

<sup>17</sup> Sobre o termo, ver: CHALHOUB, Sidney. Cidade febril: cortiços e epidemias na Corte Imperial. São Paulo: Companhia das Letras, 1996.



teóricas. Pretendíamos que os protagonistas dessa experiência estivessem presentes, contando, com suas próprias palavras, as ações e reflexões nas quais se reconhecem, sem esquecer que as construções históricas são mediadas por ideologias e pela linguagem<sup>18</sup>.

A imagem social de diferentes grupos sociais está geralmente ancorada em muitos preconceitos construídos historicamente, reforçados e reelaborados pelas diversas instituições sociais e religiosas. Essas com grande força, ainda hoje, na propagação de imagens. No caso dos catadores, sua imagem está associada à delinqüência, à marginalidade, à violência, e a algumas das muitas representações fabricadas pelo preconceito, como preguiçoso, vagabundo, negro, analfabeto, bêbado, sujeito perigoso, escória da sociedade capitalista, massa sobrando, miseráveis, revira lixo, violento, sujo... e não como seres humanos subtraídos da condição de cidadãos.

As representações sobre os catadores nos fazem pensar o valor que se atribui ao ser humano nessa cumplicidade silenciosa dos *cidadãos de bem* para com as injustiças quanto à distribuição de riqueza, à discriminação, à violência, ao precário acesso ao sistema educativo, à saúde, à cultura, que excluem as maiorias do convívio social.

Em geral, os depoimentos expressam na pessoa do catador, o pobre<sup>19</sup>, antes, esse ser abstrato e coletivo: pessoa de qualquer classe social atingida por uma carência. Tanto evocam a imagem do necessitado associada a sentimentos de compaixão e piedade, como horror e temor social pela inquietante ameaça do número de pessoas nessa situação. Sua presença na cidade produz constrangimento. Por outro lado, é evidente a necessidade de assimilar a situação de debilidade de suas condições de existência: “trata-se de uma inclusão precária, que cria ou acentua um mundo de guetos, de ilhas de exclusão, uma sub-humanidade que é incorporada através do trabalho precário”<sup>20</sup>.

A atividade de catar lixo ganha um viés salvacionista, pois, caso os indivíduos não a desempenhem, arriscam-se a ser literalmente ignorados e relegados à própria sorte. Imputa-se a eles a responsabilidade de escolhas de alternativas que os insiram na sociedade de mercado, onde a ocupação profissional é uma cobrança sentida diariamente.

Essa vinculação a ocupação profissional nos remete ao conceito de cidadania regulada, enraizada em um sistema de estratificação ocupacional e não em um código de

---

<sup>18</sup> BOSI, Ecléa. Memória e sociedade: lembranças de velhos. São Paulo: T. A. Queiroz, 1979, p.17.

<sup>19</sup> Mollat discute a construção histórica da noção do pobre na consciência medieval européia, e também a qualificação da pobreza, não que hoje, ainda seja possível compará-las, mas sim mostrar como algumas formulações, ao serem recriadas e/ou atualizadas, tendem a permanecer presentes. Cf. MOLLAT, Michel. *Os pobres na Idade Média*. Trad. Heloisa Jahn. Rio de Janeiro: Campus, 1989.

<sup>20</sup> JUNCA, Denise C. de M. Op. Cit. 2000, p. 136.

valores políticos. O cidadão passa a ser definido por norma legal como “todos aqueles membros da comunidade que se encontram localizados em qualquer uma das ocupações reconhecidas e definidas em lei”, e a expansão da cidadania se faz via regulamentação de novas profissões, mais do que “por expansão dos valores inerentes ao conceito de membro da comunidade”.

Essa associação entre cidadania e ocupação marca a cultura cívica brasileira e amplia a noção de marginalidade: são “pré cidadãos” aqueles cuja ocupação a lei desconhece<sup>21</sup>. Nessa percepção, o catador, por outro lado, passa a ser considerado digno, honesto e decente por buscar suas próprias alternativas de sobrevivência, desperta admiração e reconhecimento de alguns, pela atividade que desenvolve no meio social.

As relações entre os funcionários da prefeitura e os catadores são legitimadas pelo respeito que estes têm à ordem instituída. Este imaginário é o responsável pela submissão que os catadores têm em relação a estes funcionários. A carteira de trabalho assinada e o reconhecimento do serviço público que prestam fazem com que funcionários estejam num nível superior, facilitando, assim, a hierarquia e a submissão. Porém, os esforços e alternativas dos catadores, homens socialmente excluídos dos frutos da modernidade, demonstram as ações para criar um espaço de inclusão.

A observação de suas práticas revela as formas de construção das relações entre as pessoas envolvidas no processo de reciclagem, a exploração, o baixo preço pago ao material arrecadado, o pagamento em produtos alimentícios, ao invés de dinheiro, a negação da renda, a restrição no exercício de seus direitos de escolher o que lhe é necessário e útil para sobrevivência.

Os catadores, reconhecem no programa a possibilidade de auxílio nas dificuldades do dia-a-dia, “se tirarem o programa tem muita gente que vai morrer de fome”<sup>22</sup>, “a aposentadoria não dá para gente viver, então eu cato papel”<sup>23</sup>, “na minha rua quase todos catam, não vivem só disso, têm seu servicinho”<sup>24</sup>, e não questionam o precário padrão dos serviços instalados pela municipalidade.

Porém, ao longo das entrevistas, vai aparecendo como eles percebem as limitações do programa: “a lei da carteirinha diz que é duas cestas por mês, às vezes não consegue

---

<sup>21</sup> Cf. SANTOS, Wanderley Guilherme, citado por TELLES, Vera da Silva. *A cidadania inexistente: incivilidade e pobreza um estudo sobre trabalho e família na Grande São Paulo*. Tese (Doutorado em Sociologia). USP: São Paulo, 1992, p. 36.

<sup>22</sup> Ivani de Almeida, catadora.

<sup>23</sup> Antonio das Mercedes de Oliveira, catador.

<sup>24</sup> Maria Margarita Santana, esposa de catador.

isso, porque tem muita gente e não tem cesta que chega”<sup>25</sup>, “as cestas, não, não é suficiente porque tem muita gente”<sup>26</sup>. Alguns preferem acumular o material arrecadado em casa, pois, sabem que se entregarem tudo no mesmo mês não recebem mais cestas, e garantem que não compensa vender para os sucateiros, devido à exploração e ao baixo preço pago pela mercadoria. Isso causa outro problema: a reclamação dos vizinhos quanto ao acúmulo de sujeira nos lotes e casas dos catadores.

A relação entre os sucateiros e os catadores e ou revendedores de lixo é tensa. Pode-se dizer que existe um código normativo de condutas entre eles, porém, este não aparece claramente. Sabe-se, por exemplo, da homogeneização dos preços em relação ao peso e ao material. Assim, o que está presente não são as relações de confiança, mas a lei do “levar vantagens”. Os catadores estão numa clara relação de subordinação aos sucateiros e ao programa.

Alguns catadores deixaram de entregar o material no programa por não concordarem com as regras estabelecidas e pela atitude dos funcionários públicos, como relata o Antônio, “falta de cestas básicas, agressividade e perseguição por parte dos funcionários públicos. Agora eu só junto pro ferro velho”<sup>27</sup>.

O Álvaro não concorda com algumas coisas que acontecem no programa, como pessoas de posse que trocam material alegando ser para os empregados ou instituição de assistência; porém, não se desvinculou, e espera por providências por parte do poder público; e relata “a gente vê carretão, trator, caminhão, carro, é bicho bom da boca que tão trocando...”<sup>28</sup>.

A ação assistencial desenvolvida pode significar tutela e reiteração da subalternidade ou, contraditoriamente, um lugar de reconhecimento e acesso aos benefícios, ou ambas<sup>29</sup>. O consentimento diante de práticas de dominação dá-se, sobretudo, pela consciência de que não é possível optar por um outro tipo de emprego. Sendo bem ou mal tratados, quando os trabalhadores não podem livremente dispor da sua força de trabalho no mercado, não é possível falar em trabalho livre.

A identidade não surge do nada ou de um processo pré-determinado, não é sempre única, definitiva e imutável. A identidade social é cada vez mais e plenamente identificada

---

<sup>25</sup> Álvaro da Silva, catador.

<sup>26</sup> Antônio Correia, catador.

<sup>27</sup> Antônio Correia, catador, 2002.

<sup>28</sup> Álvaro da Silva, catador, 2002.

<sup>29</sup> YASBEK, Maria Carmelita. *Globalização, precarização das relações de trabalho e seguridade social*. In: Cadernos ABONG, nº 19. São Paulo: CFESS/ABONG/CNTSS/CUT/UNICEF, 1997, p. 5-10.

com a identidade profissional, com o imaginário do trabalho; é produto da história, susceptível de ser transformado ao longo dela. As falas e ações dos catadores demonstram a sua auto-representação. O sentimento é de culpa, resignação, impotência diante da situação em que se encontram, de falta de dinheiro, de cobrança dos familiares para arrumar um serviço de remuneração fixa: “A mulher fala porque você não arruma um serviço [...]. Mas eu trabalho nos lotes que tem por perto plantando: mandioca, amendoim, batata doce, feijão de tudo um pouco, diversificado [...] ajudo com o rancho (duas cestas básicas) por mês”.<sup>30</sup>

O fato de não poder comprovar a renda é um problema social? Nos depoimentos, os catadores apresentaram um certo receio em falar da renda mensal que conseguem com a venda do material arrecadado. A maioria diz não ultrapassar a R\$ 100,00 reais, porém, em reportagens aos jornais, dizem conseguir até R\$ 340,00 reais mensais. Isso significa que ganham bem para os padrões locais de renda.

A vergonha também faz parte desse cotidiano, “ah, eu tenho vergonha, na firma onde meu marido trabalha, ele fala ‘pelo amor de Deus não passa lá na firma’. [Risos...] Eu trabalho, mas tenho vergonha [...]”.<sup>31</sup>

Outros gostam do que fazem, por saberem que não têm outro emprego. Por causa da idade, da qualificação e da escassez de ofertas, “tem que gostar”, “o trabalho é bom”, “eu não sinto discriminação pelo que faço, tenho necessidades, graças a Deus não tenho vergonha, me viro. Passo na casa dos médicos todo fim de mês e pego as coisas (roupas, calçados, alimentos, etc.)...”.<sup>32</sup>

Quanto à forma de verem-se perante os outros, às auto-representações, os catadores trazem consigo a carga, o peso social da associação das pessoas a atividade que realizam.

Assim, sentem que a pessoa perde o valor por ser lixeiro, por acumular lixo só para dar doença e criar bichos, por espalhar o fedor, o mau cheiro tão insuportável, por receber críticas de formas variadas, porque tantos falam mal dessa atividade, outros os ignoram, outros acham um serviço relaxado. Os catadores, no entanto, procuram deixar tudo organizado nas suas residências para não terem problema com a vigilância sanitária.

Também não importa o trabalho desvalorizado que realizam, pois os catadores conseguiram construir o que para eles é importante para sobreviver: moradia, alimentação,

---

<sup>30</sup> Luiz Vidal, catador, 2001.

<sup>31</sup> Nelci dos Santos, catadora, 2002.

<sup>32</sup> Álvaro da Silva, catador, 2002.

e também as doações recebidas: “já ganhei muita coisa pra casa”<sup>33</sup>, ou “construí minha vida com esse trabalho, sei que perdi quando alguém que tinha mais condições tomou meu lugar [...]. Acho que o importante é ter respeito e não mexer no que é dos outros”<sup>34</sup>. O trabalho, mesmo desvalorizado, dá dignidade quando nada se pratica de errado.

Os próprios catadores, ao referirem-se aos colegas, colocam diferença e/ou distanciamento<sup>35</sup> entre si. Representam-se como se não recorressem às mesmas práticas, como se não fizessem parte desse processo que, aos seus olhos, também é degradante. Marcam diferenças pela casa onde moram, pelo que têm, pelas atividades que desenvolvem paralelamente à catação, pela forma como a realizam e fazem o armazenamento, pela não criação de empecilhos às autoridades e aos vizinhos, pelo relacionamento amistoso com todos.

Os filhos e companheiros vêem o trabalho dos catadores como algo degradante, chato, têm vergonha: “ah, mãe, eu não gosto que você fica falando comigo enquanto empurra o carrinho”<sup>36</sup>. Não ajudam, mas também não atrapalham ou incomodam. Alguns até ajudam a levar nos postos de troca e também a buscar quando a carga é grande.

Estratégias diversas são utilizadas para viabilizar a arrecadação de uma quantidade maior e mais satisfatória de lixo. Estabelecem-se acordos com donos de lanchonetes, restaurantes, supermercados, lojas e vizinhos para conseguir uma quantidade maior de material. Nessa negociação, o catador tem que assumir um posicionamento de “limiabilidade”, ou seja, têm que se apresentar como pobre bom, verdadeiro, diferentemente dos maus e falsos pobres, comprovar que vivem com recursos escassos do trabalho humilde que realiza diariamente. Seu rosto tem que ser familiar, caso contrário ele passa a ser um indivíduo não-reconhecido e, a partir daí, passa a ser associado ao vagabundo, sujeito à desconfiança quanto a sua presença e as suas reais necessidades.

Os catadores, então, criam suas formas de ser o bom pobre: quem tem carro, trator, charrete não os usa para catar, pois não consegue muito material; assim, os usa somente para entregar. Também, a regra de chegar antes que o caminhão do lixo útil assegure o material. Para isso, saem cedo de casa, às 5 horas da manhã. Utilizam lotes ou residência de conhecidos e familiares para a guarda do material.

---

<sup>33</sup> Eva e Pedro de Souza, catadores, 2002.

<sup>34</sup> Luiz Vidal, catador, 2001.

<sup>35</sup> TODOROV, Tzvetan. *A conquista da América: a questão do outro*. Trad. Beatriz Perrone Moisés. 3ª ed., São Paulo: Martins Fontes, 1991.

<sup>36</sup> Filha de Nelci dos Santos, catadora, 2002.

Uma queixa dos catadores é que os comerciantes em Toledo estão segurando o papel. Outros catadores dizem que as empresas dão o material para os funcionários, ou os próprios donos o entregam nos postos de troca, para distribuir as cestas para os funcionários. Assim, não permitem que ninguém pegue o material que eles arrecadam diariamente; as classes média e alta também fazem uso do programa.

Ao contrário de outras experiências no País, não existia no Município uma associação ou local de encontro dos catadores. A proposta de sua associação é recente: ocorreu “no dia 24 de novembro de 2001, onde aproximadamente 30 pessoas estiveram reunidas na Câmara Municipal com o objetivo de formar uma comissão provisória gestora durante o processo de formação da nova entidade”<sup>37</sup>. Foi marcada a primeira reunião oficial para o dia 15 de dezembro de 2001. A Associação dos Catadores de Materiais Recicláveis de Toledo (ACRT) foi criada nesta reunião, aprovando também o primeiro estatuto e diretoria da entidade<sup>38</sup>, tendo como tarefa inicial a organização da documentação e a congregação de novos sócios.

O programa conta com mais de duas mil famílias cadastradas junto à Secretaria de Meio Ambiente e Assistência Social para troca de materiais recicláveis por alimentos nos postos fixos. Portanto, considera-se um número pequeno de catadores que organizaram e instituíram associação.

Nas entrevistas realizadas em 2002, constatou-se que a grande maioria não tem conhecimento do encaminhamento que está sendo dado pela associação. Principalmente, por considerarem-na uma proposta inferior ao Programa Lixo Útil/Câmbio Verde; os que têm conhecimento dele, não concordam com ele. O catador recebe pela quantidade de material que seleciona; quanto mais recolhe, mais ganha; essa deveria ser a lógica, no entanto, está pré-determinado o valor de duas cestas básicas ao mês.

Outra questão é que os membros de uma atividade considerada temporária, ao mobilizarem-se em torno da organização, podem estar contribuindo para a permanência de uma situação que querem negar: “Não serve pra mim, mas pra alguém que precisa se sustentar, ter um salário fixo, mas o pessoal diz que é pouco”<sup>39</sup>.

---

<sup>37</sup> CATADORES DE papel terão associação em dezembro. *Jornal do Oeste*. Ano 17, nº 4.633. Toledo, 28 de novembro de 2001, p. 6.

<sup>38</sup> A diretoria da ACRT: presidente: Antônio Caio (Centro); vice-presidente: Osvaldir Luiz Soares (Boa Esperança); secretário: Gilmar Santana (Vila Industrial); vice-secretária: Maria Fortes (Jardim Gisela); tesoureiro: Zilton Gomes Roberto; vice-tesoureira: Maria Ferreira da Silva. Cf. CATADORES de recicláveis formam associação. *Jornal Gazeta de Toledo*. Ano VIII, nº 2071. Toledo, 18 de dezembro de 2001, p. 3.

<sup>39</sup> Antônio Correia, catador, 2002.

Percebe-se que o processo de tomada de consciência não é imediato. Um certo estranhamento e passividade diante da proposta conferem uma participação superficial no programa. Os catadores, longe estão de se perceberem sujeitos desse processo político: não reivindicam melhorias, nem sugerem alterações na forma de organização. Ao colocarem-se desse modo, não interferem na construção de bens e serviços públicos, negam a sua incorporação à vida social por direito próprio, ou seja, na conquista por sua decisão e participação, deixando de reconhecer que coletivamente poderão resolver problemas que de forma individual parecem insolúveis. A desmobilização nem sempre acontece através de ações explícitas, quando o medo é o condutor das ações individuais<sup>40</sup>.

No Programa Câmbio Verde/Lixo Útil confunde-se a política social e a ambiental, uma vez que os interesses sociais centram-se na política compensatória, em uma troca de favores. Em nada interferem nas causas da pobreza e nem enfrentam os problemas ambientais, na busca de um ambiente saudável, preservado e desenvolvido. Isto ocorre porque tal orientação não possibilita uma abertura para o envolvimento da população usuária do programa, uma vez que a forma de gestão participativa não faz parte da prática política do governo local. Talvez esse seja um problema de maturidade política.

### **Considerações Finais**

Das análises realizadas, tornou-se possível concluir que o enfrentamento do desafio da exclusão social enfrentada pelos catadores de lixo e outros trabalhadores esta referida ao processo civilizador brasileiro que alimenta desigualdades quando cria a modernidade. Os modos de estancamento do processo de sua produção social terão que ser conquistado, numa batalha continuada. As experiências observadas mostram a falência dos muitos modos de lidar com essa exclusão, de administrá-la.

O cotidiano acaba por oferecer aos pobres uma nova e constante situação de escassez; a vida torna-se uma briga pela sobrevivência, sujeitando esses seres históricos – dentro de certos limites, é claro – à redução e/ou à ampliação de suas margens de negociação. A sobrevivência só lhes é assegurada porque as experiências imperativamente se renovam.

---

<sup>40</sup> BOURDIEU, ao discutir o conceito de *habitus*, define os limites de ação, das soluções que estão ao alcance do indivíduo em uma determinada situação social concreta. É, portanto, um produto da história que produz práticas individuais e coletivas e que estabelece os limites dentro dos quais os indivíduos são livres para optar entre diferentes estratégias de ação. Cf. MALERBA, Jurandir. Para uma teoria simbólica: conexões entre Elias e Bourdieu. In: Representações contribuição a um debate transdisciplinar. Campinas, SP: Papirus, 2000.

Também descobro que os pobres não se entregam; descobrem, a cada dia, formas inéditas de trabalho e luta, entre elas, a ocupação de catar “lixo” propicia rendimentos e garante subsistência. Mas, catar lixo é uma estratégia relacionada à capacidade de inovar e inventar formas de sobrevivência num mundo que passa a condenar ao extermínio os situados fora do mercado.

Do mesmo modo, a pesquisa revelou que pobreza material não determina qualquer pobreza cultural nem limita o sonho, a imaginação ou a criação. No Brasil, a despeito da abordagem da pobreza processar-se a partir de enfoques diferenciados, presentes, principalmente, na produção acadêmica, prevalece a noção de construção da pobreza absoluta.

No entanto, não se leva em consideração os padrões de reprodução social, em que o mercado de trabalho como elemento de classificação social, gerou estruturas ocupacionais marcadas pela heterogeneidade das inserções produtivas. Isso impede a compreensão da realidade atual, marcada pela complexidade que mescla nossa herança cultural.

É verdade que assistimos uma espécie de conformidade com a exclusão – principalmente, porque parece natural que uns tenham mais direitos que os outros, ou que alguns sejam destituídos de direitos. Fazer história do tempo presente leva-me a repensar os costumes e as tradições brasileiras na longa duração histórica, apontando revisões substantivas na explicação de tantas desigualdades sociais.

## **FONTES**

### **I – Jornais e Revistas**

- . BÓIAS-FRIAS passam por dificuldades. *Jornal Gazeta de Toledo*, Toledo, 13 jan. 1995. nº 34, Ano I, p. 2.
- . CATADORES de papel terão associação em dezembro. *Jornal do Oeste*, Toledo, 28 nov. 2001. Nº 4.633, Ano 17, p. 6.
- . CATADORES de recicláveis formam associação. *Jornal Gazeta de Toledo*, Toledo, 18 dez. 2001. Nº 2071, Ano VIII, p. 3.
- . DONO de depósito de sucatas é morto em Toledo. *Jornal Gazeta de Toledo*, Toledo, 11 jan. 2002. p. 7.
- . LIXO Útil começa a virar dinheiro. *Jornal Gazeta de Toledo*, Toledo, 7 jan. 1995. Nº 29, Ano I, p. 5.
- . PREFEITURA reinicia ação do Câmbio Verde. *Jornal Estado do Paraná*, Curitiba, 6 abr. 1995.
- . RAMOS, Jorge Américo. D. Gaspar: Estou me sentindo perto do céu / Excluído: largado, jogado fora. *Jornal O Trecheiro*. São Paulo, dez. 1994. p. 3.



- . SHOPPING dos importados um bom negócio em Toledo. *Jornal Gazeta de Toledo*, Toledo, 29 dez. 1994. Nº 22, Ano I, p. 4.
- . UM grave problema social. *Revista Região*, Cascavel, nº 23, Ano II, p. 18–21, out. 2001.

## II – Entrevistas

- . ALMEIDA, Ivanir. *Entrevista*. Toledo, fevereiro de 2002.
- . CORREIA, Antonio. *Entrevista*. Toledo, fevereiro de 2002.
- . OLIVEIRA, Antonio das Mercedes de. *Entrevista*. Toledo, fevereiro de 2002.
- . SANTANA, Maria Margarita. *Entrevista*. Toledo, fevereiro de 2002.
- . SANTOS, Nelci dos. *Entrevista*. Toledo, fevereiro de 2002.
- . SILVA, Álvaro da. *Entrevista*. Toledo, fevereiro de 2002.
- . SILVA, Amélia Ferreira das Mercedes da. *Entrevista*. Toledo, fevereiro de 2002.
- . SILVA, Maria do Carmo Oliveira. *Entrevista*. Toledo, fevereiro de 2002.
- . SOUZA, Eva. *Entrevista*. Toledo, fevereiro de 2002.
- . SOUZA, Pedro Álvares de. *Entrevista*. Toledo, fevereiro de 2002.
- . VIDAL, Luiz. *Entrevista*. Toledo, novembro de 2001.
- . FILIPETTO, Gerte. *Entrevista*. Toledo, junho de 1999.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- . ABREU, Estela dos Santos; TEIXEIRA, José Carlos Abreu. *Apresentação de trabalhos monográficos de conclusão de curso*. 5ª ed. Niterói: EdUFF, 2001. 53 p.
- . AZEVEDO, Cecília. *Identidades Compartilhadas*. Niterói, Programa de Pós-Graduação em História/NUPHEC, 2002 (no prelo).
- . BOSI, Ecléa. *Memória e sociedade: lembranças de velhos*. São Paulo: T. A. Queiroz, 1979.
- . BOURDIEU, P. (Coord.). *A Miséria do Mundo*. 3ª ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 1997.
- . BOURDIEU, Pierre. *O poder simbólico*. Tradução Fernando Tomaz, 3ª ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2000.
- . CASTEL, Robert. *As metamorfoses da questão social: uma crônica do salário*. Tradução Iraci D. Poleti. Petrópolis-RJ: Vozes, 1998.
- . CESCNETO, Eugênia Aparecida. *Conselho Municipal de Assistência Social de Toledo: possibilidades e limites do exercício democrático*. 1998. 110 f. Monografia (Especialização em História Social) – Departamento de História, Universidade Estadual do oeste do Paraná – Campus de Marechal Cândido Rondon, Marechal Cândido Rondon, 1998.
- . CHALHOUB, Sidney. *Cidade febril: cortiços e epidemias na Corte Imperial*. São Paulo: Companhia das Letras, 1996.
- . COSTA, Suely Gomes. Sociedade salarial: contribuições de Robert Castel e o caso brasileiro. *Revista Serviço Social e Sociedade*, São Paulo, nº 63, Ano XXI, p. 5 –26. São Paulo: Cortez, Jul. 2000.
- . ELIAS, Norbert. *O processo civilizador: formação do Estado e civilização*. Tradução Ruy Jungmann. Vol.2. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1993.
- . GEREMEK, Bronislaw. *Os filhos de Caim: vagabundos e miseráveis na literatura européia 1400–1700*. Tradução Polônês Henryk Siewierski. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.
- . JUNCÁ, Denise Chrysóstomo de Moura. Da cana para o lixo: um percurso de desfiliação? *Revista Serviço Social e Sociedade*, São Paulo, nº 63, Ano XXI. São Paulo: Cortez, jul. de 2000.

. MALERBA, Jurandir. *Para uma teoria simbólica: conexões entre Elias e Bourdieu*. In: Representações contribuição a um debate transdisciplinar. Campinas, SP: Papyrus, 2000.

. MATTOSO, Jorge. *O Brasil desempregado: como foram destruídos mais de 3 milhões de empregos nos anos 90*. 2ª ed., São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2000.

. MENEZES, Maria Thereza C.G. *Em busca da teoria: políticas de assistência pública*. São Paulo: Cortez, 1993.

. MINGIONE, Enzo. Fragmentação e exclusão: a questão social na fase atual de transição das cidades nas sociedades industriais avançadas. *DADOS Revista de Ciências Sociais*, nº 4, vol. 41. Rio de Janeiro: IUPERJ, 1998.

MOLLAT, Michel. *Os pobres na Idade Média*. Tradução Heloisa Jahn. Rio de Janeiro: Campus, 1989.

. NEVES, Delma Pessanha. Precarização social, tutela filantrópica e voluntariado. In: MOTTA, Márcia Maria; MEDEIROS, Leonildes S. de; NEVES, Delma P. *Universo Rural e o voluntariado*. Rio de Janeiro: Vício de Leitura, 2001, p. 9-41.

. REVEL, Jacques. Apresentação. In: *Jogos de escalas: a experiência da microanálise*. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1998.

. TELLES, Vera da Silva. Questão Social: afinal; do que se trata? *Revista da Fundação SEADE: São Paulo em Perspectiva – Reformas políticas e do Estado*. Vol. 10, nº 4, outubro a dezembro de 1996.

. \_\_\_\_\_. *A cidadania inexistente: incivilidade e pobreza um estudo sobre trabalho e família na Grande São Paulo*. Tese de Doutorado (USP), São Paulo, 1992 .

. YASBEK, Maria Carmelita. Globalização, precarização das relações de trabalho e seguridade social. *Cadernos ABONG*, nº 19. São Paulo: CFESS/ABONG/CNTSS/CUT/UNICEF, 1997.

. WANDERLEY, Mariângela Belfiore. Refletindo sobre a noção de exclusão. *Revista Serviço Social e Sociedade*, nº 55. São Paulo: Cortez, ano XVIII, nov. 1997.